

Dinâmicas Associativas em Territórios Rurais: o caso de Tondela

ARTUR CRISTÓVÃO, ARMANDO LOUREIRO E ALBERTO BAPTISTA

UTAD - Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento

acristov@utad.pt, aloureiro@utad.pt, abaptist@utad.pt



Colóquio Ibérico de Estudos Rurais
Cultura, Inovação e Território

Coloquio Ibérico de Estudios Rurales
Cultura, Innovación y Territorio

Coimbra, Portugal

Outubro / Octubre 23-25, 2008

Comunicação apresentada no VII CIER – Cultura, Inovação e Território

Resumo

As organizações da sociedade civil são um elemento fundamental na promoção do desenvolvimento, particularmente ao nível local, onde se tem assistido à emergências de abordagens participativas, frequentemente implicando um trabalho em rede ou parceria, envolvendo autarquias, associações e outros actores. Nesta comunicação analisa-se o caso particular de um concelho do centro de Portugal, Tondela, onde o associativo social, cultural e recreativo, com grande expressão nas freguesias rurais, tem história para contar e revela forte energia. Neste cenário destaca-se a Associação Cultural e Recreativa de Tondela, mais conhecida por ACERT, que em 30 anos de trabalho contribuiu para mudar a imagem do concelho e para aproximar freguesias rurais e urbanas. Na comunicação apresenta-se uma panorâmica do associativismo local, reflecte-se sobre o seu papel na promoção de estratégias e iniciativas inovadores de desenvolvimento, centradas na criatividade, inovação e participação social e defende-se que este território possui uma estrutura social que podemos classificar como empreendedora.

Palavras-chave: capital social, associativismo, desenvolvimento local, Tondela

1. Enquadramento e metodologia

A problemática do capital social tornou-se, nos últimos 15 a 20 anos, um dos aspectos críticos de debate no quadro do desenvolvimento de países, regiões e locais específicos. Trata-se de uma matéria complexa, que tem originado o envolvimento de cientistas sociais, de decisores políticos e agentes profissionais, e que não pode ser desligada da reflexão mais ampla sobre as alterações da natureza e papéis do Estado, a evolução do conceito de democracia, as preocupações com o exercício da cidadania e as lógicas de engajamento da sociedade civil.

No que toca ao funcionamento do Estado, as críticas à burocracia tradicional e os desafios para a sua reforma conduziram ao conceito de “governança”, que tem subjacente as ideias de descentralização, partilha de poder, coordenação entre actores, participação da sociedade civil, trabalho em rede e parceria, colaboração inter-sectorial e integração de níveis diversos de acção (Norris, 2007). Esta perspectiva, se implica um acréscimo de intervenção das organizações voluntárias dos cidadãos, não deixa de derivar fortemente da lógica neoliberal hoje dominante, defensora do “apagamento” da intervenção do Estado em muitas áreas. Por outro lado, como sublinha Norris (2007), subestima as relações desiguais de poder que tendem a existir na sociedade, nomeadamente entre os órgãos e instituições do Estado e as chamadas organizações cívicas ou não-governmentais.

Também no campo do desenvolvimento rural estas questões têm assumido destaque. Na verdade, o entendimento deste como um processo multi-níveis, multifacetado e multi-actores (van der Ploeg *et al.*, 2000) implica preocupações com as questões da já referida “governança”, a participação das organizações locais, e a criação de redes e outras formas de interação entre diferentes actores, ou seja, a problemática do capital social dos territórios (OECD, 2006).

O conceito de capital social, porém, tem sido gerador de uma ampla polémica entre académicos e decisores políticos, sobretudo a partir dos anos 90, com a divulgação dos trabalhos de Robert Putnam. Contudo, é um conceito influente, como demonstrado pela ampla literatura existente e pelo interesse nele colocado por organizações internacionais, como o banco Mundial, governos e entidades supra-governamentais, tais como a União Europeia (European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, 2007).

O conceito não é novo. Field (2003, 13) refere o contributo de três autores principais, Pierre Bourdieu, James Coleman e o já citado Robert Putnam. Bourdieu desenvolveu o conceito nos anos 70 e 80, ligando-o às suas preocupações com o acesso desigual de indivíduos a recursos e a manutenção do poder. Uma parte substancial do debate foi realizado nos EUA, onde Coleman tentou uma fusão entre a sociologia e a economia, sob a bandeira da “teoria da acção racional”, com considerável impacte nas ciências sociais e na formulação de políticas.

O conceito, como antes referido, deve muito ao contributo de Putnam, que o relacionou com a participação associativa e a acção cívica como base de bem-estar e integração social. Para este cientista político, o capital social é entendido como “as características da organização social, como as redes, normas e confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação com benefício mútuo”, acrescentando que o “capital social incrementa os benefícios do investimento no capital físico e no capital humano (Putnam, 1993: 35-36).

Os três autores partem de perspectivas conceptuais diferentes. Bourdieu e Coleman centram-se no capital social de indivíduos, assumindo o primeiro uma lógica de conflito, que enfatiza a construção do capital social e considera que as classes dominantes podem usar o seu acesso privilegiado aos capitais cultural, simbólico, social e económico para proceder à conversão estratégica de um tipo de capital noutra, de forma a solidificar a sua posição de classe (Flora, 1998: 489). Coleman sublinha que o capital social não está limitado aos que têm mais poder e que pode trazer também benefício aos mais pobres e às comunidades marginalizadas (Field, 2003: 20). Putnam, por seu lado, centra-se em indivíduos, comunidades, cidades, regiões e até países, destacando que o capital social é um ingrediente vital para o desenvolvimento económico. Na verdade, o seu primeiro grande estudo trata do papel do envolvimento cívico na geração de estabilidade política e prosperidade económica, e foi baseado em trabalho de campo na Itália (Putnam, 1993). Todos estes autores consideram que o capital

social consiste em conexões pessoais e interações interpessoais, juntamente com os conjuntos de valores partilhados e que estão associados a estes contactos (Field, 2003: 13).

O conceito gerou uma aparente convergência, em especial depois dos contributos amplamente divulgados do trabalho de Putnam. Contudo, o debate crítico tem vindo a ganhar expressão, especialmente entre cientistas sociais e políticos, como bem reflectido na literatura. Muitas questões têm sido levantadas e não vamos aqui tratá-las com pormenor. Por exemplo: Poderá o conceito ser alargado, de recurso individual a característica da comunidade, sem perder o seu valor heurístico? É o capital social algo de intrinsecamente positivo? Será a sociedade civil, por inerência, um conjunto de relações em que todos ganham? Qual é o papel das relações de poder e dos conflitos na construção do capital social? Será este um conceito reformista ou, pelo contrário, um conceito reaccionário ao serviço da agenda neoliberal?

Castle (2002), por exemplo, destaca três questões críticas principais: a ambiguidade conceptual; as implicações normativas; e as dificuldades na explicação dos processos de formação do capital social. Fine (2002) é talvez o crítico mais severo, o que é visível no título do seu trabalho, “They Fuck You Up Those Social Capitalists”. Vários autores focam as suas críticas nas consequências ou impactes do capital social. A este propósito, Field (2003, 74), diz que “o capital social pode promover a desigualdade, sobretudo porque o acesso a diferentes tipos de redes está muito desigualmente distribuído”. Este autor aponta também vários efeitos perversos deste tipo de capital, como a criação de grupos de crime organizado e processos de exclusão (por exemplo, com base na classe social, género, idade, etnia ou opção religiosa ou política).

Em suma, concordando com o facto do conceito ser ambíguo e com a necessidade de aprofundar uma análise crítica que conduza ao seu amadurecimento, entendemos também que possui valor, nomeadamente pelo facto de destacar a importância, como recursos, das relações, organizações e redes sociais. Por outro lado, não pode ser ignorado que estimulou a emergência de conceitos alternativos, como o de “estrutura social empreendedora” (ESE), desenvolvido por Flora (1998). Para este autor, ESE é um melhor “predictor” da acção colectiva do que capital social, e é caracterizado como: um formato particular para o desenvolvimento de formas organizacionais que encorajam a acção colectiva para alcançar objectivos tangíveis; construído numa base sólida de confiança, redes sociais e normas que facilitam a reciprocidade de grupos; que pode mudar através de acção colectiva explícita; que privilegia as relações horizontais na comunidade face às verticais; que incorpora diversidade e inclusão (aceitação de alternativas); e implica três componentes principais – legitimidade das alternativas, mobilização de recursos e qualidade da rede.

O estudo sobre as dinâmicas associativas do concelho de Tondela inspirou-se neste quadro de referência*. Na verdade, embora não tenha sido assente num modelo de análise completo sobre capital social, como, por exemplo, o desenvolvido pela “Policy Research Initiative” do Canadá (PRI, 2005), teve em consideração algumas das suas dimensões, nomeadamente: as características do tecido de organizações locais; os seus objectivos e papéis; os seus recursos e apoios; as dinâmicas de trabalho em parceria; e os resultados das suas intervenções. Como se verá, o estudo comporta duas dimensões complementares: a análise global do fenómeno associativo no concelho em causa; e a análise, com mais profundidade, de um caso de intervenção cultural e cívica neste espaço interior e predominantemente rural, a Associação Cultural e Recreativa de Tondela (ACERT).

Do ponto de vista metodológico, foram usadas duas estratégias diferentes. Para caracterizar o associativismo no concelho de Tondela procedeu-se a um estudo extensivo. De forma mais concreta, com base no levantamento das associações do concelho, efectuado no quadro da respectiva Rede Social, procedeu-se à realização de um inquérito. Este foi feito junto dos dirigentes das Associações, pelo que os resultados reflectem, entre outros aspectos, as representações que estes têm sobre as diversas matérias nele abordados. O Estudo beneficiou também de uma sessão “focus group”, realizada na ACERT no dia 14 de Outubro de 2006, na qual participaram 21 elementos representando 18 Associações. Nesta sessão foram debatidos os pontos fortes e fracos das Associações, as suas dificuldades e carências, as mudanças a promover e o tipo de apoios considerados essenciais pelos dirigentes presentes.

O inquérito foi inicialmente delineado pela equipa da UTAD e posteriormente debatido com os elementos da ACERT e da Escola Profissional de Tondela (EPT). Após revisão, testagem e preparação do instrumento definitivo, procedeu-se à formação de uma equipa de inquiridores, constituída por alunos e alunas do Curso de Animadores Sócio-Culturais da citada Escola. O inquérito foi realizado entre início de Fevereiro e final de Junho de 2007. Em algumas freguesias, sobretudo as mais remotas, foi realizado por elementos da ACERT, que também efectuaram o acompanhamento do trabalho de campo.

Para o estudo de caso da ACERT a estratégia metodológica foi mais intensiva. A realização do Estudo baseou-se na análise de documentos, em conversas informais com dirigentes e animadores desta Associação, na observação do seu dia-a-dia, na participação em algumas das suas actividades, como o Tom de Festa 2007, e em entrevistas a um conjunto seleccionado de 13 informantes-chave, representando os fundadores do projecto (2), o poder local (2), o associativismo (2), e os sectores educativo (4) e empresarial (3).

* Este estudo inseriu-se no Projecto “Uma Ponte entre o Campo e a Cidade”, financiado pelo POEFS e promovido pela ACERT. Uma versão desenvolvida deste trabalho foi publicada por esta Associação em 2008, sob o título “Dinâmicas Associativas do Concelho de Tondela. O caso (sério) da ACERT”.

2. Dinâmicas associativas no concelho de Tondela

Nesta secção apresentam-se, de forma resumida, os principais resultados dos estudos efectuados. Começa-se pela caracterização do associativismo no concelho e, de seguida, apresenta-se o caso da ACERT.

2.1. Associativismo no concelho de Tondela

O concelho de Tondela, situado no distrito de Viseu, tem uma área de 370 Km², é formada por 26 freguesias, e tinha, em 2001, 31.152 habitantes. As associações do concelho de Tondela encontram-se distribuídas por 24 das suas 26 freguesias. De acordo com os dados coligidos no âmbito da Rede Social concelhia, existem 121 Associações culturais, recreativas, sociais e desportivas registadas, o que corresponde a um valor médio de uma Associação para 257 habitantes.

Do total de Associações, 12 estão inactivas, o que quer dizer que o universo do estudo correspondeu às 109 Associações com actividade. Foi aos representantes destas que o inquérito se aplicou. Obtiveram-se 77 respostas, ou seja, 71% do total considerado. Esta percentagem possibilita realizar uma generalização da leitura dos dados ao total das Associações existentes no concelho. Sublinhe-se que neste conjunto não estão representadas Associações das freguesias de Mouraz, S. Miguel de Outeiro e Silves, por estarem inactivas ou não terem respondido ao inquérito.

Praticamente metade destas organizações iniciou a sua actividade nas décadas de 80 e 90 do século passado. É de salientar, ainda, o número significativo de Associações criadas antes dos anos 60 desse mesmo século: 11, ou seja, 14% do total. Destas, uma foi criada no final do século XIX, três na década de 20 e outras três na década seguinte do século transacto. Tal facto pode ser entendido como uma demonstração da forte tradição associativa do concelho. A par desta situação, distinguimos ainda a criação de um número considerável de instituições que iniciaram as suas actividades já no decorrer do presente século (13, isto é, 17%), o que pode ser um indicador de que a tradição antes enunciada se mantém muito viva.

Tendo em conta as designações das Associações e, essencialmente, os seus objectivos e as suas actividades, pode-se dizer que no concelho predominam Associações essencialmente culturais, recreativas e desportivas, algumas das quais combinando dois ou mesmo os três domínios de actuação citados. Há ainda que destacar as de tipo essencialmente assistencialista, que intervêm na área social, respondendo, em larga medida, aos problemas e solicitações de jovens e idosos.

O número de sócios das Associações é muito variável, mas a maior delas tem um máximo de 300 associados e, em pouco mais de metade, tem havido uma evolução positiva deste número. Por outro lado, verifica-se que a maior parte dos sócios é do género masculino, estando as mulheres claramente sub-representadas.

Relativamente ao tipo de trabalho associativo, existe um predomínio claro do trabalho voluntário nas Associações do concelho, o qual ocorre em 71 das 77 entidades consideradas, sendo em 57 delas o único tipo de trabalho. No entanto, apesar do relevo deste tipo de recurso humano, também há nas Associações do concelho trabalho que é remunerado, sob várias formas, o que é um indicador de uma certa “profissionalização” das mesmas.

A liderança nas Associações assume algumas especificidades. As direcções das Associações são constituídas, de forma esmagadora, por membros do género masculino. Relativamente às idades, assiste-se a um duplo fenómeno, de sentido contrário: por um lado, na maioria dos casos registam-se idades até aos 34 anos, o que pode ser entendido como um indicador de juventude; por outro lado, há uma proporção ligeiramente inferior de indivíduos com idades superiores a 50 anos, o que aponta para um certo envelhecimento das direcções. Como cômputo geral, verifica-se um certo equilíbrio, que poderá ser precário, atendendo ao envelhecimento das áreas rurais e ao problema identificado de falta de participação dos jovens.

Os níveis de instrução dos membros das direcções são muito heterogéneos, indo do 1º ciclo do ensino básico até ao grau de doutor. Apesar desta heterogeneidade, os níveis de instrução dos membros das direcções das Associações do concelho de Tondela são baixos, pois a maior parte deles (61%) tem até ao 9º ano de escolaridade, no máximo, e cerca de 23% tem apenas o 1º ciclo do ensino básico.

No que toca à participação associativa, no geral, os membros das direcções participam nas actividades das Associações com frequência e, na maior parte dos casos, existe um índice elevado de rotatividade dos membros das direcções. Já a participação dos sócios na vida das Associações, tendo em conta os dados recolhidos, pode considerar-se fraca. Este é, efectivamente, um problema com que muitas organizações se debatem, o que fez com que o “maior envolvimento dos sócios nas actividades” tenha sido uma das principais necessidades referidas pelos inquiridos.

A maior parte das associações tem dificuldades financeiras. A escassez de financiamento é, sem dúvida, um dos grandes problemas vividos pelas Associações do concelho. Os seus orçamentos são muito baixos, não tendo ultrapassado, em 2006, na maior parte dos casos, os 7.500 euros. Esta realidade fez com que muitos dos inquiridos tivesse referido que a principal mudança que desejariam ver implementada nas suas organizações fosse a alteração da situação financeira. As principais fontes de financiamento da maior parte das Associações são as autarquias locais, com um claro destaque para

a Câmara Municipal de Tondela (CMT). Há, portanto, uma dependência forte do financiamento externo, que assume maior expressão nas Associações cujos orçamentos são mais elevados.

O trabalho em parceria é uma lacuna no associativismo do concelho, sendo a sua materialização referida por pouco mais de metade das Associações. Por isso, não é de estranhar que grande parte dos inquiridos tenha afirmado ser necessário desenvolver parcerias com outras Associações e/ou instituições, sendo esta uma das mudanças a introduzir no futuro funcionamento das suas organizações.

Existem também, em muitas das Associações, carências em matéria de espaços/infra-estruturas, recursos humanos e equipamentos. Outro aspecto observado, da maior importância, foi a forte desvalorização do papel da formação de dirigentes, técnicos e associados, como forma de transformação das próprias Associações.

No entanto, as Associações em causa apresentam um conjunto significativo de pontos fortes, onde sobressaem a sua história e a experiência acumulada, a presença em todo o território concelhio, a diversidade de actividades, um expressivo número de associados, uma razoável participação e a existência, quase generalizada, de instalações próprias. Em termos de contexto, são notórios vários desafios, com destaque para o decréscimo populacional e o envelhecimento, o declínio da economia rural, e a emergência de novas necessidades de apoio social e dinamização cultural. No tecido associativo concelhio tem destaque a ACERT, que passamos a analisar de forma mais pormenorizada.

2.2. O caso ACERT

A Associação Cultural e Recreativa de Tondela, conhecida por ACERT, surgiu em Novembro de 1979, há 29 anos. Antes dela existia já, desde 1976, o grupo de teatro Trigo Limpo, que esteve na génese da sua formação, constituído por pessoas que ambicionavam participar activamente na história do novo país nascido com o 25 de Abril.

Num contexto muito marcado pelo conservadorismo, o obscurantismo e o preconceito, as relações do grupo dinamizador com a comunidade e os poderes instituídos não foram fáceis. Esta associação teve um percurso difícil, pois a ACERT tinha uma clara postura de contestação, irreverência e transformação social, em linha com os ideais dominantes no momento histórico, e foi remetida pela generalidade da sociedade local para uma posição marginal. Muitos dos seus criadores, na altura estudantes universitários, viveram a Revolução nos centros urbanos e transportaram para a Tondela rural e provinciana as experiências e práticas culturais e sociais do período pós-revolucionário.

No entanto, o seu percurso histórico e a sua acção criativa acabaram por conquistar a comunidade, mesmo não abdicando esta da filosofia original de inovação cultural e intervenção social. A ACERT foi capaz de reinventar a tradição popular e o Trigo Limpo superou os textos teatrais panfletários; revelou dinamismo no apoio às instituições educativas e associativas; envolveu a comunidade, da cidade às aldeias e lugares; conquistou novos apoios e espaços de trabalho; diversificou as actividades artísticas e associativas e criou iniciativas com projecção nacional e internacional; promoveu a itinerância teatral; explorou novos caminhos de ligação com os públicos; integrou-se no movimento de desenvolvimento local, no quadro de um amplo conjunto de organizações cívicas e solidárias; e abriu Tondela ao mundo, com uma visão de cidadania cultural que articula o global e o local.

A instalação da ACERT e do Trigo Limpo no Novo Ciclo veio criar condições de estabilidade para o desenvolvimento de muitos projectos, tendo correspondido a um salto na capacidade da sua intervenção no espaço regional. Na verdade, este espaço é relativamente amplo e reveste-se de características de multifuncionalidade, desejáveis no quadro de um trabalho multidisciplinar e envolvendo vários públicos.

Da ênfase inicial no teatro, a Associação passou para o desenvolvimento de múltiplas actividades, destacando-se hoje o vídeo, a fotografia, as exposições de artes plásticas, a música, o desporto (o basquete em particular), a formação nas artes e línguas e, naturalmente, a criação teatral. O número de associados foi crescendo e atinge, hoje, os cerca de 3200, maioritariamente de Tondela e concelhos limítrofes.

A grande maioria dos apoios financeiros para o desenvolvimento do trabalho da ACERT vem do Estado, através da administração central e da autarquia local. Em 2006 a ACERT geriu um orçamento de quase um milhão de euros. Deste valor, cerca de 48% corresponderam ao subsídio do Ministério da Cultura, através do Instituto das Artes (IA). O apoio da CMT surge a seguir, com uma fatia de 24%, e o do Instituto Português de Juventude, com aproximadamente 7%. Este é, porventura, um dos pontos fracos da Associação, que tem uma forte dependência de apoios externos.

A ACERT, para além do seu trabalho regular em vários domínios, promove e gere um conjunto de eventos regulares de maior dimensão, sendo de destacar os cinco Festivais internacionais: (1) Tom de Festa – Festival de Músicas do Mundo, iniciado em 1990; (2) Festival Tom de Vídeo, nascido em 1993; (3) FINTA, Festival Internacional de Teatro, iniciado em 1995; (4) FINTINHA, Festival Crescer com Arte, criado no ano 2000; e (5) Jazzin’Tondela – Festival Internacional de Jazz, lançado em 2004. Além dos Festivais, a “Queima do Judas” constitui também um grande evento, mobilizador de muitos “fazedores” da comunidade, sobretudo jovens, e de ainda mais espectadores.

De uma forma sistemática, a ACERT cuida singularmente da divulgação e promoção das suas actividades. Este trabalho, dirigido por um responsável de imagem e assegurado por serviços gráficos próprios, envolve um conjunto amplo de acções a diferentes níveis, nomeadamente: (1) cartazes de todos os acontecimentos; (2) mupies; (3) catálogos; (4) agendas mensais; (5) flyers específicos de cada realização; (6) postais; (7) Outdoors; (8) lonas de impressão digital; (9) comunicados de imprensa e circulares informativas regulares; e (10) concepção de anúncios para a imprensa escrita. Além disso, mantém-se o contacto com outros meios de comunicação, como a televisão e as rádios nacionais e locais.

A vontade de estar com outros e de saltar os limites físicos da vila e do concelho foi, desde sempre, muita. Na verdade, pode dizer-se que uma das marcas deste projecto de intervenção cívica e cultural é a recusa da lógica de enclave local e a defesa plena do cruzamento entre espaços, saberes e experiências. Logo com o primeiro espectáculo do Trigo Limpo, “O Povo Acordou”, percorreram-se aldeias e viajou-se até à capital, para apresentação na Academia Recreativa de Santo Amaro. No plano global, muito aconteceu antes e depois da primeira viagem a Moçambique, em Abril de 1996. Hoje, os contactos vão do Brasil a Cabo Verde e Moçambique, passando pela Bélgica, Espanha, França, Grécia, Itália, Alemanha e Luxemburgo. Assim, trata-se de uma associação que se distingue por trabalhar em rede com o concelho, a região, o país e o mundo.

Os traços que dominam nas palavras dos inquiridos são a abertura, a informalidade do relacionamento, a disponibilidade para apoiar, a diversidade de actividades, a capacidade para atrair artistas a Tondela e a grande cumplicidade com as organizações locais, as instituições e a comunidade. Contudo, a generalidade das Associações considera que a ACERT se situa noutro plano, dado o seu profissionalismo e amplo espectro de actividades.

Os testemunhos que ouvimos mostram que a ACERT: (1) facilitou em grande medida o acesso à cultura e criou públicos; (2) incentivou o envolvimento de públicos diferenciados; (3) estimulou a prática cultural, nomeadamente formando e fixando artistas nas várias áreas das artes do espectáculo, agentes de desenvolvimento local, técnicos, produtores, animadores culturais e desportivos, realizando iniciativas em parceria com as Escolas e envolvendo a comunidade; (4) abriu Tondela ao exterior e fomentou intercâmbio de experiências e saberes; (5) tem sido, simultaneamente, espaço de formação e instrumento de apoio à acção educativa de outras instituições; (6) tornou-se num centro de recursos para a comunidade em geral e para as Associações em particular; (7) integrou-se no vasto leque de organizações cívicas e solidárias que compõem o movimento de desenvolvimento local, assumindo hoje uma posição de liderança; (8) dinamizou a economia, não só pela sua capacidade empregadora, como pelos efeitos que as suas actividades geram a nível local; (9) colocou Tondela no mapa cultural nacional e é hoje um elemento fulcral da sua identidade; e (10) contribui para que Tondela tenha uma imagem diferente, de urbanidade e qualidade.

Com o contributo destes quase 30 anos de intervenção, Tondela está no bom caminho para se classificar como uma “cidade criativa”, dado o dinamismo no sector da criação artística e a importância que tal assume na identidade e, porventura, na competitividade do concelho e do território envolvente, factor que se considera hoje de grande importância na atracção de visitantes, de profissionais criativos e de investidores (Costa, 1996; Costa *et al.*, 2006).

3. Discussão

Foram notáveis os progressos verificados nas últimas três décadas de vivência democrática em Portugal em matéria de cidadania e participação. Barreto (2002, 317) afirma que em Portugal, desde o 25 de Abril de 1974, “muitas formas de participação conheceram um novo acréscimo e desenvolvimento”, destacando a actividade política, a participação eleitoral e o sindicalismo e acrescentando, quanto ao associativismo, que a evolução terá sido muito diversa: “Muitas foram as associações criadas ao longo deste período, sobretudo as que correspondiam a novas exigências e novas aspirações numa sociedade democrática e integrada na União Europeia. Mas, em simultâneo, muitas foram as que, pertencendo a universos ultrapassados, definharam, desapareceram ou se limitaram a uma existência simbólica ou formal”.

Estudo recente sobre o sector não lucrativo português, também designado 3º Sector, (Franco *et al.*, 2005: 3) assinala que “Portugal tem um sector da sociedade civil que, embora inferior ao de outros países da Europa Ocidental, é substancialmente maior que o dos países da Europa Central e do Leste com quem Portugal partilha uma história recente de controlo autoritário”. Dentro deste sector dominam claramente as actividades de serviços, particularmente de natureza social, tendo também razoável expressão as organizações que se dedicam à cultura e lazer, participação cívica de defesa de causas.

No concelho de Tondela as organizações deste sector estão bem representadas, sendo as Associações culturais, recreativas, sociais e desportivas um conjunto razoavelmente heterogéneo, no que toca à designação, tipologia de actividades realizadas, meios financeiros, recursos humanos e outras condições de funcionamento, entre outros factores.

As datas de criação destas organizações indicam a existência de uma tradição de associativismo no concelho, pois uma parte significativa delas foi constituída antes da década de 60 do século XX e algumas anteriormente. No entanto, a maior parte foi criada nas décadas de 80 e 90 do século passado ou já depois do ano 2000. Este fenómeno não é único desta zona do país. Na verdade, um estudo sobre iniciativas de educação/formação de adultos nas Associações, a nível nacional, concluiu que a maior

parte das organizações que fizeram parte da amostra foi constituída depois de 1986 (Guimarães *et al.*, 2000). Outro estudo, mais recente, igualmente sobre Associações com actividades de educação de adultos, incidindo nos cinco distritos da Região Norte (Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real), chega a resultados semelhantes, tendo maior parte das Associações estudadas iniciado as actividades nos anos 90 do século passado (Loureiro, 2006).

Assim, tudo indica registar-se um aumento do número de Associações depois dos anos 80. A este facto não será estranha a Revolução ocorrida a 25 de Abril de 1974, que libertou a energia associativa dos cidadãos e comunidades e, também, a entrada de Portugal na União Europeia e os seus dois primeiros Quadros Comunitários de Apoio, implementados desde o início da década de 90, que apresentaram novos desafios à sociedade civil.

Tendo em conta as designações das Associações e, essencialmente, os seus objectivos e as suas actividades, pode-se dizer que no concelho predominam Associações essencialmente culturais, recreativas e desportivas, algumas das quais combinando dois ou mesmo os três domínios de actuação citados. Há ainda que destacar as de tipo essencialmente assistencialista, que intervêm na área social, respondendo, em larga medida, aos problemas e solicitações de jovens e idosos.

Este último tipo de Associação parece ser uma tendência recente no associativismo em geral. Efectivamente, comparando estes dados com estudos mais antigos sobre o associativismo, por exemplo o realizado por Lima e Erasmie (1982) sobre as associações do Distrito de Braga, verifica-se que, nessa altura, predominavam as actividades culturais, recreativas e desportivas, não havendo referência a actividades de tipo assistencialista. O mesmo acontece com um outro estudo realizado pouco tempo depois pelo mesmo autor, dentro da mesma área geográfica (Lima, 1986).

Se confrontarmos esses dados com os do actual trabalho, que, como vimos, identifica Associações claramente assistencialistas, e se tivermos em conta a investigação de Loureiro (2006), na qual se conclui que várias associações mudaram o seu estatuto para Instituições Particulares de Solidariedade Social e que entre as principais actividades desenvolvidas pelo movimento associativo estão as de acção social, e ainda o estudo de Guimarães *et al.* (2000), que apresenta dados similares, poder-se-á concluir que este tipo de Associações começa a ter significado no panorama global do associativismo nacional.

O caso da ACERT é particularmente significativo. Na verdade, no início do século XXI, a ACERT representa um "novo" tipo de Associativismo, autónomo, longe de disputas político-partidárias, com uma liderança partilhada e liberta de qualquer "presidencialismo" ou "vedetismo", profissionalizado mas com espírito militante, com um pé no local e outro no global, que respeita a tradição e abraça a modernidade, integrado em redes e parcerias de diferentes tipos, com uma oferta diversificada de

actividades para vários grupos, objecto de reconhecimento por parte dos cidadãos e de muitas instituições.

Para vencer os desafios futuros, a ACERT, como todos os projectos desta natureza, carece de apoio, nomeadamente do Estado central e das instituições que tutelam as áreas em que actua. Na verdade, Associações como esta, com uma “folha de serviços públicos” extensa e marcada pelo risco, a inovação e qualidade, merecem o reconhecimento por parte do Estado (a todos os seus níveis) e um quadro de relações marcado pela continuidade e transparência, e não pela disfuncionalidade que tende a dominar no nosso país. São seguramente muitas, por este país fora, do continente às ilhas, as experiências associativas de intervenção cívica e cultural. A ACERT, porém, é um caso ímpar neste campo, a partir do Portugal interior.

Com o perfil e a energia do seu tecido associativo, o concelho de Tondela possui uma estrutura social que podemos considerar empreendedora, na acepção de Flora (2008). De facto: existe acção colectiva, sendo de destacar a iniciativa e capacidade de liderança e de mobilização da ACERT; há um clima de abertura à diferença de perspectivas e um diálogo construtivo entre parceiros, nomeadamente entre a CMT e a ACERT; existem relações horizontais e de grande proximidade entre associações, assim como entre estas e outras instituições; há um trabalho deliberado, nomeadamente na frente cultural, para fomentar a inclusão de grupos particulares, como os idosos rurais as populações de aldeias mais isoladas; a acção da ACERT tem contribuído para ligar o concelho, as suas comunidades e associações a outras redes e experiências, fugindo assim a uma acção fechada e localista; vários agentes da comunidade, como autarquia e empresas, têm comprometido os seus recursos em projectos associativos locais, em articulação com recursos exógenos; e têm emergido e funcionado redes abertas, flexíveis, inclusivas, simultaneamente horizontais e verticais, como exemplificado por projectos de animação como a “COMUM – Rede Cultural” e “Uma Ponte entre o Campo e a Cidade” (Cristóvão, 2007; Cristóvão *et al.*, 2008)..

4. Algumas linhas de acção

As organizações de nível local, como as analisadas neste estudo, são elementos importantes do capital social do seu território, pois constituem instrumentos potenciais de (re) distribuição de poder na sociedade, são espaços de formação para uma cidadania mais activa e sustentáculos da democracia, em particular na sua vertente mais participativa. Como salientam Cristóvão e Miranda (2006, 41), os seus papéis específicos são muitos, nomeadamente: “intermediárias na expressão e partilha de opiniões, necessidades, aspirações e saberes; base para o envolvimento na tomada de decisões; parceiras na construção de programas e projectos; plataforma de pressão e de negociação sobre/com os sistemas, as instituições e as políticas instituídas; veículo para alcançar grupos e territórios pobres ou excluídos;

espaços de experimentação e inovação em diversos domínios”. Além do mais, tendem a preencher as lacunas de intervenção dos sectores público e privado (Clark, 1995: 59).

A centralidade destas organizações no reforço da democracia e no apoio à dinamização do desenvolvimento local impõe uma reflexão sobre as linhas de acção e as iniciativas a realizar no sentido da sua consolidação e, em muitos casos, reinvenção. É nesse sentido que se sugere a seguinte matriz de intervenções, sublinhando-se, contudo, que a realidade é feita de situações muito diferenciadas, que obrigam a medidas e instrumentos de acção específicos.

Como ponto de partida, refira-se uma vez mais que as Associações em causa apresentam um conjunto significativo de pontos fortes, onde sobressaem a sua história e a experiência acumulada, a presença em todo o território concelhio, a diversidade de actividades, um expressivo número de associados, uma razoável participação e a existência, quase generalizada, de instalações próprias. Em termos de contexto, são notórios vários desafios, com destaque para o decréscimo populacional e o envelhecimento, o declínio da economia rural, e a emergência de novas necessidades de apoio social e dinamização cultural.

De uma forma geral, tendo em conta o quadro exposto, considera-se essencial intervir nos seguintes três eixos: (1) qualificação organizacional; (2) formação dos recursos humanos; e (3) trabalho em parceria.

Qualificação organizacional

O eixo da qualificação organizacional comporta um conjunto amplo de exigências, visando promover a sustentabilidade das Associações, assim como uma maior eficácia na sua acção. De forma específica, devem ser considerados os seguintes objectivos: (1) melhorar a gestão dos recursos (humanos, financeiros, outros); (2) promover a auto-aprendizagem e a auto-avaliação; (3) diversificar actividade/serviços e fontes de financiamento; e (4) promover a capacidade de inovação e de planeamento estratégico (IEBA, 2006).

As acções a realizar deverão incidir nos seguintes aspectos, entre outros: (1) aperfeiçoamento dos processos internos, nomeadamente das formas de organização e gestão; (2) democratização da vida associativa e promoção da participação dos associados e da comunidade em geral; (4) definição e execução de estratégias de comunicação que promovam a visibilidade e o reconhecimento do trabalho efectuado; e (4) análise do meio, estabelecimento de planos de acção e de mecanismos avaliação.

Formação de recursos humanos

Este eixo é fortemente tributário do anterior. Na verdade, a capacitação dos recursos humanos poderá contribuir significativamente para sustentabilidade e eficácia das organizações. Neste capítulo, importa: (1) desenvolver as capacidades de liderança; (2) capacitar os colaboradores para as tarefas de organização e gestão; (3) desenvolver competências técnicas nas áreas específicas de intervenção das Associações; e (4) educar os cidadãos para a cultura democrática e a iniciativa cívica e política.

Algumas das acções a realizar foram sugeridas no quadro do inquérito às Associações, nomeadamente: (1) associativismo e legislação associativa; (2) gestão económica e contabilística das Associações; (3) dinamização da participação; (4) técnicas de liderança; (5) elaboração de projectos e candidaturas a programas; (6) técnicas de informação e comunicação; (7) informática; (8) geriatria; (9) música e teatro; (10) saberes tradicionais; (11) animação; e (12) formação de formadores.

Trabalho em parceria

O tecido associativo concelhio está fortemente atomizado, havendo um elevado número de Associações espalhadas por quase todas as freguesias, sendo muito escassa a colaboração ou cooperação entre si, através de redes ou parcerias. Em várias freguesias, 3, 4 ou mais Associações competem entre si na oferta de actividades e na captação de associados, colaboradores e participantes. A consolidação deste movimento impõe uma reflexão sobre as condições de vida activa de cada Associação e a eventual realização de processos de dissolução ou fusão. Em paralelo, como bem salientado nos resultados do inquérito e na sessão “focus grup” com dirigentes associativos, impõe-se o estabelecimento de redes e parcerias, tendo em vista: (1) a troca de experiências e saberes; (2) a realização conjunta de actividades culturais, desportivas, recreativas e de acção social; (3) a realização conjunta de acções que melhorem o funcionamento interno das Associações; (4) a partilha de equipamentos e outros recursos; e (5) a divulgação de projectos e actividades.

O já citado “focus group” permitiu a enumeração de um conjunto de possíveis acções que, progressivamente, podem facilitar um funcionamento colaborativo, tais como: (1) a criação de uma Base de Dados ou Directório Associativo, que permita maior conhecimento do movimento associativo concelhio; (2) a elaboração de um “Manual de Inter-conhecimento e Trabalho Colaborativo”; e (3) a constituição de uma União de Associações do Concelho de Tondela. A realização deste último passo existe um trabalho de médio-longo prazo, bem sedimentado. Uma via intermédia poderá ser a criação de uma Plataforma Associativa mais informal, a partir de um núcleo restrito de Associações, que se alargue progressivamente e promova acções em rede, numa lógica de geometria variável, consoante necessidades/problemas emergentes e consonância em torno de projectos.

Sublinhe-se que o trabalho em parceria não se deve reduzir ao espectro associativo, nem ficar limitado ao espaço do concelho de Tondela. Assim, é também importante: (1) desenvolver laços de cooperação com autarquias, outras instituições e empresas; e (2) estabelecer intercâmbios com organizações de concelhos vizinhos, de outras regiões do país e mesmo de outros países, as quais podem facilitar o acesso a outras experiências e saberes e constituir uma alavanca para a criatividade e inovação.

Qualquer estratégia de trabalho futuro tem de ter em conta a forte energia social que o movimento associativo de Tondela representa e a necessidade de a potenciar, como factor de participação social e desenvolvimento local. Tal como o 3º Sector em geral no nosso país, as Associações deste concelho estão perante sérios desafios, entre os quais destacamos os da visibilidade e reconhecimento junto dos cidadãos, do fortalecimento da cultura de participação activa e da melhoria das relações com o Estado e os seus vários serviços (Franco *et al.*, 2005).

Referências Bibliográficas

- Barreto, A. (2002). *Tempo de Incerteza*. Lisboa: Relógio de Água.
- Castle, E. N. (2002). Social Capital: Na Interdisciplinary Concept. *Rural Sociology* (67) 3: 331-349.
- Clark, J. (1995). The State, Popular Participation and the Voluntary Sector. *World Development* 23 (4): 593-601.
- Costa, P., M. Magalhães, B. Vasconcelos e G. Sugahara (2006). *On “Creative Cities” Governance Models: A Comparative Approach*. Working Paper 2006/54. Lisboa: Dinâmia-ISCTE.
- Costa, P. (1999). Actividades Culturais e Desenvolvimento Regional: Novos Caminhos para a Competitividade Territorial. *Comunicação ao VI Encontro da APDR*, Braga.
- Cristóvão, A., A. Loureiro e L. Correia (2008). *Avaliação Sumativa das Acções do Projecto POEFDS “Uma Ponte entre o Campo e a Cidade”*. Vila Real: UTAD-CETRAD.
- Cristóvão, A. e R. Miranda (2006). “Organizações locais e desenvolvimento rural”, in A. Cristóvão, V. Diéguez e A. Baptista (Coord.), *Dinâmicas Organizacionais e Desenvolvimento Local no Douro-Duero*, pp. 29-53. Vila Real: UTAD.
- Cristóvão, A. (Coord.). (2007). *Uma Rede para o Futuro? Estudo de Avaliação da COMUM – Rede cultural*. Vila Real: UTAD-CETRAD.
- European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions (2007). *Social Capital and Job Creation in Rural Europe*. Luxembourg: Office of Publications of the European Communities.

- Field, J. (2003). *Social Capital*. London: Routledge.
- Fine, B. (2007). They Fuck You Up Those Social Capitalists. *Antipode* 34 (4): 796-799.
- Flora, J. L. (1998). Social Capital and Communities of Place. *Rural Sociology* 63 (4) 481-506.
- Franco, G. C., S. Sokolowski, E. Hairol e L. Salamon (2005). *O Sector Não Lucrativo Português numa Perspectiva Comparada*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Economia e Gestão.
- Guimarães, P., O. Silva e V. Sancho (2000). “Educação/Formação de Adultos nas Associações: iniciativas popularmente promovidas ou socialmente organizadas? *Forum II*: 169-235.
- IEBA (2006). *Projecto C3 – Modelo de Intervenção no 3º Sector. Mortágua*: Centro de Iniciativas Empresariais Beira Agueira (IEBA):
- Lima, L. e T. Erasmie (1982). *Inquérito às Associações do Distrito de Braga*. Braga: UM/UEA.
- Lima, L. (1986). *Projecto – Viana (1983-1988). Um Ensaio de Investigação Participativa*. Braga: UM/UEA.
- Loureiro, A. (2006). *O Trabalho, o Conhecimento, os Saberes e as Aprendizagens dos Técnicos de Educação de Adultos numa ONGDL. Contribuições etnográficas para uma renovação da Sociologia da Educação. Dissertação de Doutoramento*. Vila Real: UTAD.
- Norris, J. (2007). *Searching for Synergy: Governance, Welfare, and Law in Two EU Member States. Unpublished PhD Dissertation, Sociology*. Madison, WI: UW-Madison.
- OECD (2006). *The New Rural Paradigm: Policies and Governance*. Paris: OECD.
- Ploeg, J. D. van der, H. Renting, G. Brunori, K. Knickel, J. Manion, T. Marsden, K. de Roest, E. Sevilla-Guzmán and F. Ventura (2000). Rural Development: From Practice and Policies Towards Theory. *Sociologia Ruralis* 40 (4): 391-408.
- Policy Research Initiative (2005). *Social Capital as a Public Policy Tool (Project Report)*. Gov. of Canada.
- Putnam, R. (1993). The Prosperous Community. Social Capital and Public Life. *The American Prospect* 4 (3).